

I - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

DE 19 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001

I – DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA REIVINDICATIVA

1. Por altura da tomada de posse dos actuais órgãos nacionais, o SNESup defrontava-se com uma situação, externa e interna, bastante complexa, em que avultavam os seguintes aspectos geradores de preocupação:

- o processo pré-negocial, de contactos exploratórios, em torno da revisão do ECDU manifestava tendência para, na pendência do processo eleitoral para a eleição dos novos órgãos nacionais do SNESup, e entre a eleição destes, em 6 de Junho, e a sua tomada de posse, em 18 de Junho, se converter em processo negocial;
- existia alguma apreensão quanto à possibilidade de serem assumidos, no quadro da PRC, compromissos contrários às orientações definidas nos Conselhos Nacionais de 18 de Março e 8 de Julho de 2000, e no de 21 de Abril de 2002.

Concretizada em 18 de Junho a tomada de posse dos novos órgãos nacionais, foram assegurados

- no próprio dia, o envio ao Ministério da Educação das credenciais da delegação do SNESup ao eventual processo negocial;
- no dia seguinte, uma rectificação do rumo seguido pela PRC, consagrado na apresentação por esta ao Plenário realizado na FPCE de Lisboa, de uma proposta que veio a ser aprovada consensualmente, após animado debate, em que intervieram diversos dirigentes e associados do SNESup;
- um mês depois, a definição em Assembleia Geral, convocada pela primeira vez desde 1992 e realizada em 18 de Julho, da estratégia negocial a seguir pelo SNESup no caso de prosseguir o processo de revisão do ECDU, estratégia essa em que se integrou a exigência de assunção de compromissos por parte do ME quanto à revisão do ECPDESP, de há muito considerada prioritária pelo Conselho Nacional;

Ambas as propostas, a aprovada em Plenário da PRC e a aprovada em Assembleia Geral, foram amplamente publicitadas pelo SNESup e passaram a ser referências obrigatórias na acção reivindicativa deste. Foi, a propósito, enviada uma “Carta aos Professores Universitários” explicitando a abordagem do SNESup em relação à eventual revisão do ECDU.

Como é conhecido, não se chegou a iniciar processo negocial propriamente dito, em virtude, primeiro, de remodelação governamental que abrangeu o Ministério da Educação, e, mais tarde, da própria demissão do XIV Governo Constitucional.

Todavia foi possível ao SNESup, em matéria de Estatutos de Carreira, realizar um conjunto de contactos com os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação e com os Grupos Parlamentares no qual procurou transmitir a ideia de que seria preferível introduzir alterações pontuais, articuladas entre os vários Estatutos de Carreira, restritas aos aspectos consensuais. Realçou-se a propósito o interesse de ser facilitado o exercício de funções de investigação a full-time por parte de professores dos quadros.

2. No próprio dia da tomada de posse dos novos órgãos nacionais foi apresentada ao Conselho Nacional a proposta de realização de um Encontro sobre Ensino Superior Politécnico.

O Encontro Nacional do Ensino Superior Politécnico, realizado no Porto em 23 e 24 de Novembro, aberto a não inscritos no SNESup, e precedido do lançamento de dois questionários, um para caracterização qualitativa e outro para caracterização quantitativa, das instituições, constituiu um momento alto de reflexão sobre o futuro daquele subsistema e foi amplamente participado.

Foi lançado simultaneamente um abaixo-assinado relativo à criação de quadros de dotação global e à integração de mestres e doutores nos quadros.

Os principais materiais do Encontro viriam a ser publicados já em 2002 nos nºs 2 e 3 de *Ensino Superior – Revista do SNESup*.

3. Também no próprio dia da tomada de posse dos novos órgãos nacionais foi enviada ao Ministério da Educação a proposta, aprovada no Conselho Nacional de 24 de Março de 2001 sobre contratação de pessoal docente no ensino superior particular e cooperativo.

Ainda no que ao ensino superior particular e cooperativo diz respeito:

- no mês de Julho foi concretizada a publicação de Acórdãos favoráveis à reintegração de dois dirigentes e delegados sindicais do SNESup no Instituto Superior de Gestão;

-em Agosto, verificou-se o despedimento de um dirigente, delegado sindical na Universidade Moderna e a instauração de processos disciplinares aos delegados sindicais do SNESup e do SPGL ;

- no dia 13 de Setembro realizou-se, por proposta do SNESup, um Encontro de dirigentes, delegados sindicais e juristas do SNESup e da FENPROF, sobre questões de ordem laboral no ensino superior particular e cooperativo;

- em 15 de Dezembro realizou-se uma reunião de associados do SNESup no ensino superior particular e cooperativo em que foi discutida a metodologia de atribuição da "Marca de Não-Qualidade Laboral".

4. Durante o ano de 2001 começou a estruturar-se a Secção Sindical do SNESup junto do Instituto Camões, constituindo o primeiro caso de defesa sindical de docentes que exercem as suas funções no estrangeiro, ao serviço de entidades sediadas em território nacional, situação prevista nos Estatutos.

Para a estruturação da secção sindical muito contribuiu a iniciativa da jurista que assegurou o contacto com os leitores do Instituto Camões, Dra. Paula Policarpo.

5. Na sequência de intervenção do SNESup junto do Ministério da Educação, foi o Sindicato ouvido sobre o projecto de Regulamento PRODEP relativo a formação científica avançada.

A audição limitou-se a troca de cartas, pois foi rejeitada a realização de uma reunião com o Gabinete do Ministro, por alegada urgência de entrada em vigor do Regulamento. A prática vem mostrando que teria sido mais prudente equacionar as questões suscitadas pelo SNESup, designadamente quanto a dispensas de serviço e celebração de acordos.

6. É de referir ainda que, no âmbito dos contactos institucionais realizados foi possível

- impulsionar decisivamente o processo de aprovação do novo regime orgânico da Escola Náutica Infante Dom Henrique, previsto na Lei nº 26/2002, de 23 de Agosto (LOOES) e finalmente publicado em Janeiro de 2002;

- sensibilizar o Governo e a maioria dos Grupos Parlamentares para a necessidade de introdução de alterações no Decreto-Lei nº 99/2001, de 29 de Março, por forma a permitir a redefinição da inserção na rede de ensino superior das escolas superiores de enfermagem que, por força do referido diploma, haviam ficado na situação de não-integradas, ou integradas nos Institutos Politécnicos de Saúde.

Este último esforço não veio a produzir os frutos esperados por motivo de, com a dissolução da Assembleia da República, ter caducado o correspondente processo de ratificação.

7. O SNESup interveio em Agosto junto da comunicação social e no Ministério da Educação a propósito da crise financeira criada às instituições de ensino superior público.

A partir de Setembro participou no movimento contra os cortes orçamentais proposto pela FENPROF, que se veio a esboroar por força da opção, por parte das organizações estudantis, pelo desenvolvimento de um processo de contestação autónomo, e também por força das tentativas de hegemonia protagonizadas pela Federação citada..

II – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO EXTERNA E PROMOÇÃO DO SNESUP

1. Considerou-se que, independentemente do lançamento formal de uma campanha de sindicalização, se deveria fazer um significativo investimento na promoção do SNESup.

No desenvolvimento da estratégia delineada foi:

- lançada a Ensino Superior – Revista do SNESup, cujo nº 1 teve uma tiragem de 25 000 exemplares e foi distribuído praticamente a todos os docentes do ensino superior;
- amplamente publicitada, fora do Sindicato, a abertura da sede regional no Porto;
- amplamente divulgado o Encontro Nacional sobre Ensino Superior Politécnico com o tema “Abrir Caminho ao Futuro”, acima referido, sendo criado de um cartaz autónomo através de um verdadeiro trabalho em rede realizado com recurso ao *powerpoint* e ao correio electrónico;
- remodelado o *site* da INTERNET;
- procurado o estabelecimento de contactos regulares com a comunicação social, feitos a princípio por iniciativa directa de membros da Direcção, e, a partir de Setembro, com a colaboração de uma empresa especializada em assessoria de imagem.

2. O saldo de sindicalizações - novas sindicalizações (190), dessindicalizações (46), cessações de pagamento de quota (53) – foi positivo, todavia só em 2002 se começou a sentir plenamente o impacto do esforço de promoção desenvolvido.

III – ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO INTERNA E FOMENTO DA PARTICIPAÇÃO

1. Com o início de publicação de *Ensino Superior – Revista do SNESup*, numa base bimestral e orientada para o conjunto dos docentes, independentemente da sua filiação sindical, o esforço de comunicação interna – e de fomento de participação – ficou especialmente à responsabilidade da *Informação aos Associados* mensal, do site na INTERNET, e do Infodebate

A Direcção eleita

- promoveu encontros com os associados em Bragança, Porto (Faculdade de Letras), Guarda, Coimbra, Setúbal e Angra do Heroísmo;

- procurou dinamizar através da abertura da delegação do Porto (já citada), da realização do Encontro Nacional sobre Ensino Superior Politécnico, da realização (idem), em Dezembro, de um Inquérito sobre Serviços e da realização da própria Assembleia Geral, com aprovação de um novo Regulamento Eleitoral, a participação dos associados na vida sindical.

Quanto à participação em assembleias gerais deve notar-se que, em termos quantitativos, esta deve ser considerada insuficiente, o que reflectirá possivelmente os efeitos desmobilizadores da sua efectiva restrição, a partir da revisão de Estatutos de 2002, à realização de assembleias eleitorais.

2. No que se refere à comunicação com os delegados sindicais

- apenas se realizaram Conselhos Nacionais em 18 de Junho e 30 de Junho, este último restrito à preparação da Assembleia Geral de 18 de Julho, só em 2002 se tendo retomado a realização periódica de Conselhos Nacionais;

- foram, contudo, realizadas assembleias de delegados em Lisboa, Porto e Coimbra;

- foi dinamizada a eleição de delegados sindicais em instituições onde não existiam, num processo que veio a abranger o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, as Escolas Superiores de Enfermagem Bissaya Barreto e Ângelo da Fonseca, a Escola Superior Agrária de Coimbra, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja, a Escola Superior de Teatro e Cinema, a Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny, a Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo e o Instituto Camões.

- foi criado o “dossier” do delegado sindical e instituídas algumas rotinas de comunicação dos serviços com os delegados sindicais

- foi criada a mailing list “Rede de Delegados”.

IV – REFORÇO DA CAPACIDADE DOS SERVIÇOS

Foi preparada a integração de dois colaboradores no quadro, consumada já em 2002, contratada uma nova funcionária para a sede do Porto, e realizado um aumento salarial extraordinário da equipa do secretariado dos serviços centrais.

No âmbito do apoio jurídico

- foi contratado um escritório de advogados sediado em Lisboa bem como um advogado pertencente a escritório do Porto, e dispensado um dos advogados que, em Lisboa, vinham representando associados do SNESup, sendo o contrato com o segundo – Dra. Paula Policarpo – reduzido a escrito;

- deu-se início à elaboração de um Regulamento de Apoio Jurídico, conforme orientação do Conselho Nacional realizado em 21 de Abril de 2001, vindo o referido Regulamento aprovado já em 2002.

Deu-se também início a um processo de reflexão sobre o Seguro de Saúde, que prosseguiu em 2002 com consultas ao mercado, tendo-se procedido do mesmo modo em relação à celebração de Acordos de Desconto.

Foi lançado um Inquérito aos Associados sobre o grau de satisfação com os serviços do SNESup.

V – CONTAS

Em conformidade sobre o novo entendimento adoptado em matéria de apresentação de contas pelo Conselho Nacional de 12 de Abril, as contas apresentadas abrangem apenas o período entre 19 de Junho e 31 de Dezembro de 2001.

Todavia, estão disponíveis em anexo, as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2000 e ao conjunto do ano de 2001.

São evidentes, na comparação entre o primeiro semestre (aliás, as onze primeiras quinzenas) e o segundo semestre (aliás, as restantes treze quinzenas) de 2001:

- o aparecimento de despesas com a Delegação do Porto, criada durante o período a que se refere o presente Relatório;

- o aumento das despesas com o funcionamento dos órgãos nacionais, reflectindo uma actividade mais regular dos vários órgãos, a participação de dirigentes de vários pontos do país, e a realização de encontros com associados em várias instituições, referida no presente Relatório

- o aumento dos encargos com publicações periódicas, imputável não apenas a lançamento de Ensino Superior – Revista do SNESup mas também à larguíssima difusão, com intuits promocionais, do primeiro número desta.

O aumento das despesas com apoio jurídico deve-se não só à contratação de novos advogados, mas também ao valor elevadíssimo das despesas judiciais que o Sindicato vem custeando e que, segundo o Regulamento de Apoio Jurídico recentemente aprovado, passarão a ter um tecto por processo.

Cabe referir que foram instituídos mecanismos de registo da autorização de despesas, no respeito das normas estatutárias em matéria de competências da Direcção.

Todavia, só em 2002 se iniciou um processo conducente à elaboração de Orçamentos do Sindicato.

Finalmente é de assinalar que foi feito um levantamento actualizado das dívidas de associados ao Sindicato, relativas à Modalidade II do Seguro de Saúde, assunto que será levado à consideração do Conselho Nacional.

Em 21 de Junho de 2001

A Direcção do SNESup